COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 563, DE 2012

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.

Autora: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Deputado Enio Bacci

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a proposição em epígrafe, elaborada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.

O Acordo em exame foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 48, de 14 de fevereiro de 2012, acompanhada de Exposição de Motivos interministerial, datada de 21 de julho de 2011, apresentando que o principal objetivo do Acordo é constituir centro de excelência voltado à educação, treinamento, cooperação e pesquisa na prevenção e combate à corrupção, a Academia Internacional Anticorrupção, com sede em Laxenburg, na Áustria.

Os Ministros que assinam a exposição de motivos, explicam que a Academia pode contribuir para assistir os países na implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), da qual o Brasil é parte. Acrescentam que, “ao participar de suas atividades, o Brasil poderá contribuir para os esforços internacionais no enfrentamento da corrupção, por meio do intercâmbio de experiências e melhores práticas adotadas no País, bem como valer-se da Academia para a construção de conhecimento e aperfeiçoamento de capacidade dos funcionários públicos que trabalham diretamente no combate à corrupção”.

O Acordo em pauta compõe-se de vinte e um artigos que, resumidamente, tratam do seguinte:

- a) o Artigo I do instrumento aborda os aspectos referentes à constituição e regime jurídico da IACA, que terá a natureza jurídica de organização internacional, com personalidade jurídica plena e capacidade jurídica para contratar, adquirir e alienar bens móveis e imóveis, iniciar e responder ações judiciais e empreender as demais ações julgadas necessárias;
- b) o Artigo II trata da Finalidade e das Atividades da IACA e o Artigo III sobre a sua sede;
- c) os Artigos IV até o XI dispõem sobre a organização da Academia, os seus órgãos, o pessoal acadêmico e administrativo e o financiamento para o funcionamento dessa estrutura;
- d) o Artigo XII do Acordo refere-se às consultas a serem entabuladas entre as Partes, assim como ao intercâmbio de informações.
- e) o Artigo XIII fixa a possibilidade de serem estabelecidas relações de cooperação com Estados, com outras organizações internacionais e entidades públicas ou privadas que possam contribuir para o trabalho da Academia;

- f) o Artigo XIV trata de privilégios e imunidades e o XV dispõe sobre a responsabilidade legal;
- g) os Artigos XVI até XXI tratam da possibilidade de emendas; das disposições transitórias; da entrada em vigor e depósito; da solução de controvérsias; da possibilidade de retirada e da denúncia.

Por despacho da Mesa, datado de 02 de maio de 2012, a matéria foi distribuída às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos em que dispõem os arts. 24, inciso I e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria foi distribuída a esta Comissão por tratar de assunto atinente à segurança pública, nos termos em que dispõem as alíneas “b” e “g”, do inciso XVI, do art. 32, do RICD.

O instrumento internacional em apreço cria a Academia Internacional Anticorrupção cuja finalidade é constituir-se em um centro de excelência voltado à educação, treinamento, cooperação e pesquisa na prevenção e combate à corrupção.

Sob o ponto de vista da segurança pública, esse tipo de cooperação internacional é muito vantajoso, a troca de informações e o intercâmbio de experiências que ocorrem em um ambiente acadêmico são salutares, uma vez que a corrupção é um problema que atinge indistintamente todos os países, em graus diferentes.

Entendemos que a organização de uma escola internacional sobre esse tema é de interesse do País quando se vislumbra o possível desenvolvimento de medidas de prevenção e de repressão à corrupção e a consequente capacitação de especialistas. Por outro lado, vemos que o Brasil também poderá cooperar com o desenvolvimento de uma doutrina internacional sobre a corrupção quando nossos representantes participarem do corpo docente.

Essa troca de experiências em nível internacional aprofunda a cooperação multilateral contra a corrupção e poderá promover efeitos positivos na modernização das instituições brasileiras e no combate à criminalidade, uma vez que a corrupção, normalmente, é um meio para o cometimento de outros crimes. Entendemos que essas medidas de cooperação estão em sintonia com a política de segurança pública brasileira e são positivas para a capacitação de recursos humanos e para a agilização da troca de informações entre os países.

Em época de crime globalizado, somente os Estados que se organizarem e estabelecerem medidas de segurança conjuntas poderão fazer face aos crimes transnacionais como narcotráfico, que se vale da corrupção de servidores públicos como um dos instrumentos para o desenvolvimento de suas atividades ilícitas.

Quanto ao seu conteúdo, não temos nenhuma reserva e ou acréscimo a indicar. Quanto à ementa, indicamos que o verbo a ser utilizado deve ser o “aprovar”, uma vez que essa é a finalidade do Decreto Legislativo em apreciação, aspecto que será posteriormente observado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Resta-nos louvar a iniciativa do Poder Executivo em celebrar esse tipo de acordo, desejando que essa prática se torne frequente em prol do aumento da cooperação entre Estados.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, nos termos do projeto de Decreto Legislativo elaborado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado Enio Bacci
Relator